

DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA FORMAÇÃO INICIAL EM PEDAGOGIA

Valdete Côco¹
Maria Nilceia de Andrade Vieira²
Karina de Fátima Giesen³

Resumo: Questões integrantes dos debates a respeito da formação inicial para a docência na Educação Infantil constituem o foco de reflexão deste artigo. Desenvolvida a partir de estudo mais amplo sobre a formação inicial de professores, a pesquisa, com ancoragem em referenciais teórico-metodológicos bakhtinianos, caracteriza-se por uma abordagem qualitativa de caráter exploratório, com procedimento de levantamento bibliográfico. Como resultados, evidenciam-se fragilidades da formação inicial, sobretudo quando focalizada a docência para a Educação Infantil em aspectos que envolvem políticas públicas dirigidas a esse campo de trabalho. Com isso, ressaltam-se reivindicações de fortalecimento dos processos formativos na interação entre as instituições e os sujeitos envolvidos nesse contexto, no horizonte de fomentar avanços nas políticas públicas que sustentam o trabalho educativo desenvolvido na primeira etapa da Educação Básica.

Palavras-chave: Educação Infantil. Formação Inicial. Docência.

TEACHING IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION: CHALLENGES AND PROSPECTS OF INITIAL FORMATION IN PEDAGOGY

Abstract: Issues that are part of the debates about initial formation for teaching in Early Childhood Education are the focus of this article. Developed from a broader study on teachers' initial formation, the research, with anchoring in Bakhtinian theoretical-methodological references, is characterized by a qualitative exploratory approach, with a bibliographic survey procedure. As results, there are weaknesses of the initial formation, especially when focused on teaching to the Early Childhood Education in aspects that involve public policies directed to this field of work. With this, it is highlighted the demands of strengthening of the formative processes, in the interaction between the institutions and the subjects involved in this context, in the horizon of fostering advances in the public policies that sustain the educational work developed in the first stage of Basic Education.

Keywords: Early Childhood Education. Initial Formation. Teaching.

INTRODUÇÃO

Este artigo integra a teia dialógica de abordagem da docência na Educação Infantil, tendo como propósito refletir sobre desafios e perspectivas que marcam a formação inicial de professores dirigidos a esse campo de trabalho. A observação do contexto de desenvolvimento da Educação Infantil, como uma esfera de atuação profissional, permite assinalar a necessidade de ampliação das lutas e reivindicações, de modo a avançar nas conquistas. Nesse sentido de reconhecer conquistas e,

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense e professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo.

² Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo; integrante do Grupo de Pesquisa Formação e Atuação de Educadores – GRUFAE.

³ Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo; integrante do Grupo de Pesquisa Formação e Atuação de Educadores – GRUFAE.

simultaneamente, aventar novos avanços, ressaltamos: o estabelecimento da Política Nacional de Educação Infantil (BRASIL, 1994, 2006); a inserção da Educação Infantil, como primeira etapa na Educação Básica, entendida como direito das crianças e de suas famílias e dever do estado (BRASIL, 1988, 1990, 1996); a proposição de parâmetros de infraestrutura e de qualidade (BRASIL, 2006, 2009a); o estabelecimento de diretrizes sustentadas na concepção de criança como centro do planejamento curricular e sujeito histórico e de direitos (BRASIL, 2009b); dentre outros indicadores que pautam avanços nesse campo.

Na perspectiva de que essas orientações e normativas assinalam conquistas das políticas públicas, compreendemos que sua efetivação nas práticas cotidianas impõe novos desafios, ou seja, os sujeitos inseridos nas instituições, em interação com o contexto social mais amplo, continuam a produção das políticas. Nesse processo interativo, além das premissas decorrentes das bases legais e orientações, outras discursividades (provenientes de grupos, de movimentos e organizações sociais, de estudos e pesquisas, de iniciativas dirigidas às crianças e seus processos educativos, etc.) continuam a integrar o debate, informando que múltiplos interesses, interlocutores distintos, variadas premissas e diferentes pautas compõem a configuração sistemática da Educação Infantil.

Portanto, partimos da ideia de que as políticas públicas, nesta etapa educacional, estão, sistematicamente, em negociação num processo complexo, que tanto pode afirmar as normativas e orientações quanto as questionar. Nesse movimento, emerge um conjunto ampliado de problematizações, podendo constituir material de abordagem para estudos e pesquisas.

Nesse conjunto de problematizações relacionadas à Educação Infantil, circunscrevemos nosso interesse pela formação inicial de professores no contexto da produção acadêmica. Com esse objetivo, a aproximação com os enunciados expressos nessas produções nos instiga a produzir compreensões, tanto sobre a constituição e os sentidos da formação inicial para a docência na Educação Infantil quanto acerca de seus desafios e perspectivas. Com referencial bakhtiniano, justificamos esse propósito no sentido de que:

[...] toda compreensão plena real é ativamente responsiva e não é senão uma fase inicial preparatória da resposta (seja qual for a forma em que ela se dê). O próprio falante está determinado precisamente a essa compreensão ativamente responsiva: ele não espera uma compreensão

passiva, por assim dizer, que apenas duble o seu pensamento em voz alheia, mas uma resposta, uma concordância, uma participação, uma objeção, uma execução, etc. (BAKHTIN, 2011, p. 272).

Assim, participando nos debates vinculados à Educação Infantil, buscamos mover compreensões com vistas a continuar fomentando a cadeia dialógica de dizeres na pauta da formação inicial de professores. Em uma vertente histórico-política, no desenvolvimento da Educação Infantil, essa pauta alcançou destaque, nomeadamente, em articulação ao direito das crianças a uma educação de qualidade.

Sintetizando essa trajetória de afirmação da docência na Educação Infantil, cabe lembrar que, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996), torna-se oficial a exigência da formação em curso superior de licenciatura em Pedagogia. No entanto, também se mantém a possibilidade de aceitar como formação mínima a que é oferecida na modalidade normal, correspondendo ao atual Ensino Médio para atuação na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

Se a exigência de formação em nível superior prevista na LDB constitui reconhecidamente um avanço, o delineamento curricular desses cursos se caracteriza com muitas tensões, visto que somente uma década após essa aprovação seriam publicadas as primeiras Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de graduação em Pedagogia (BRASIL, 2006). Nessa conjuntura de debates, a clareza dos cursos sobre o perfil profissional desejado constituía questão problematizadora, em função de, geralmente, não se efetivar diferenciação na formação de profissionais para atuarem na Educação Infantil e no Ensino Fundamental e, com isso, a formação não respeitar as especificidades da primeira etapa da Educação Básica (KISHIMOTO, 2005).

Ainda em relação às DCN (BRASIL, 2006), Kishimoto (2008) assinala a natureza disciplinar da formação nas universidades e alerta que essa forma de organização constitui processo formativo para os estudantes que tendem a manter essa prática em sua atuação na Educação Infantil. Tal postura contraria a perspectiva integral do processo de aprendizagem, pois é, na dinâmica das interações, relações e práticas cotidianas que a criança pequena aprende de forma contextualizada, ou seja, nesses movimentos, ela “[...] vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura” (BRASIL, 2009b, p. 2).

Em articulação com a legislação mais atual relativa à temática, destacamos a concepção de formação inicial prevista no art. 3º da Resolução 02/2015, que a define

como aquela que é direcionada à preparação de profissionais para funções de magistério na Educação Básica. Essa definição marca uma concepção ampliada do trabalho docente, ao prever atuações vinculadas à garantia dos objetivos e direitos de aprendizagem, à gestão democrática e à avaliação institucional, permitindo problematizar a extensão dos conteúdos requeridos ao currículo da formação inicial (BRASIL, 2015).

Assim, nas pautas que marcam a Educação Infantil, em especial com sua integração (como primeira etapa da Educação Básica) aos sistemas de ensino (vinda dos setores de assistência social), temos o destaque para a afirmação da docência. As bases legais passam a estabelecer indicações aos processos formativos dos professores e, no acompanhamento da implementação dessas bases legais, emerge um conjunto de discursividades que tematiza a formação dos quadros funcionais, em articulação com o desenvolvimento da Educação Infantil.

Nesse contexto de produção de reflexões e circunscrevendo a formação de professores, após esta introdução, compartilhamos a trajetória metodológica deste estudo bibliográfico, informando opções acerca dos processos de levantamento dos artigos, sistematização, agrupamentos e definição de eixos de análise. Em seguida, apresentamos um panorama das abordagens temáticas sobre a formação inicial de professores, decorrentes dos trabalhos selecionados. Na sequência das reflexões, delimitando as assertivas dirigidas à Educação Infantil, buscamos captar desafios e perspectivas apontadas pela produção acadêmica. Por fim, apresentamos nossa síntese responsiva, de modo que, nas considerações finais, destacamos questões que, abarcando desafios e perspectivas da formação inicial, convidam à continuidade da tematização sobre a docência na primeira etapa da Educação Básica.

PERCURSOS METODOLÓGICOS

A produção aqui apresentada vincula-se a uma pesquisa mais ampliada que objetiva compreender os sentidos da docência na Educação Infantil para estudantes de Pedagogia, no contexto das novas diretrizes para a formação de professores (BRASIL, 2015). No delineamento do projeto, como primeira ação, foi empreendido levantamento bibliográfico na perspectiva de informar uma revisão da literatura produzida no campo pesquisado. Para esse propósito, como critérios de seleção, optamos por reunir publicações produzidas por pesquisadores brasileiros e veiculadas em periódicos nacionais, empregando, como

descritores, os termos: Formação Inicial/Pedagogia, Currículo/Pedagogia, Projeto Pedagógico, Diretrizes/Pedagogia, Docência/Educação Infantil, com agrupamentos e combinações que permitissem a seleção de artigos relacionados ao escopo perquirido⁴.

Em continuidade ao diálogo com as produções, atentas aos enunciados que marcam as reflexões sobre a formação inicial de professores para este estudo, retomamos o material selecionado, na observância de que “[...] os resultados qualitativos e as condições de aquisição desses resultados necessitam ser agrupados e reagrupados de forma interpretativa, por semelhanças, para que possam responder à questão central de pesquisa proposta” (VOSGERAU; ROMANOWISK, 2014, p. 179). Assentes no reconhecimento de que esses textos se inserem em um conjunto de interações sociais, direcionamos nosso foco interpretativo às temáticas abordadas pelos artigos, por acreditarmos em sua possibilidade de dialogar com outros enunciados, uma vez que se comunicam com eles num encadeamento ininterrupto (BAKHTIN, 2011).

Na intenção de focalizar os temas tratados, (re)analisamos os artigos para a busca de possíveis aproximações, encaminhando a configuração deste estudo em dois movimentos. No primeiro movimento, recuperamos os vinte textos selecionados e procedemos a uma análise referente às suas abordagens temáticas. Iniciando pela busca de artigos relacionados à Educação Infantil, selecionamos sete textos, compondo o primeiro agrupamento. Na sequência de análise dos treze textos restantes, articulamos outros quatro conjuntos, compondo, assim, um total de cinco agrupamentos. No segundo movimento, pautando a problematização da formação inicial na Educação Infantil, concentramo-nos no primeiro agrupamento, cujos textos abordam questões atinentes a essa temática, com sua organização em três eixos analíticos.

No propósito deste tópico, referente ao percurso metodológico, cabe, ainda, ressaltar duas considerações necessárias à compreensão de nossas opções metodológicas. Como primeira consideração, esclarecemos que uma análise ampliada da produção acadêmica em periódicos nacionais sobre a formação inicial docente já foi abordada em publicação anterior, focalizando aspectos, tais como seus objetivos, delineamentos metodológicos e suas conclusões (CÔCO, VIEIRA, GIESEN, 2018). Avançando nesse percurso, cabe a esta pesquisa o direcionamento às abordagens temáticas e, em especial, a

⁴ Nesta ação, optamos por selecionar obras mais recentes, produzidas entre 2015 e 2017, em razão do contexto de mobilização da pesquisa ao qual a produção está vinculada, que se relaciona à aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2015) para a formação de professores. Informamos também a definição de obras publicadas em periódicos com estrato A1, A2, B1, e B2, devido ao alcance que os periódicos têm para a circulação das pesquisas no campo acadêmico.

um diálogo com os estudos que se dedicam à formação inicial para a docência na Educação Infantil. Como segunda consideração, assinalamos que a análise das obras ocorre em função de possíveis contribuições à intenção de refletirmos sobre desafios e perspectivas que circundam a formação inicial para a docência na Educação Infantil, ainda que essa questão não seja o cerne dos artigos analisados.

Feitas essas considerações quanto às opções metodológicas que sustentam esta produção, apresentamos, no tópico seguinte, um panorama das abordagens temáticas identificadas nos trabalhos selecionados.

ABORDAGENS TEMÁTICAS DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE FORMAÇÃO INICIAL

No conjunto de vinte artigos inicialmente reunidos, embora todas as produções elencadas apresentem convergência para os estudos relacionados à formação inicial em Pedagogia, existem bifurcações que evidenciam especificidades em diferentes pontos de vista. Assim, identificamos, nas produções, alguns temas recorrentes que, organizados em cinco agrupamentos, exploramos a seguir.

A primeira temática refere-se à identidade do pedagogo, destacada em um dos trabalhos⁵ (MASCARENHAS; FRANCO, 2017); o segundo agrupamento, formado por dois trabalhos, focaliza a percepção do curso de Pedagogia, a partir da concepção de egressos (FAHEINA; ALVES, 2017; PEREZ; OLIVEIRA, 2015); o terceiro agrupamento, com quatro produções elencadas, tematiza experiências específicas de formação dos estudantes (SAMPAIO; STOBÄUS, 2017; MARQUEZAN; SCREMIN; SANTOS, 2017; SANTOS et al., 2016; CHALUH, 2017); no quarto agrupamento, encontram-se seis trabalhos que, de diferentes formas, exploram o currículo (MACHADO, 2016; DOURADO, 2015; KELLER-FRANCO; BESSA, 2017; FREITAS; MASETTO; FELDMANN, 2016; KELLER-FRANCO; MASETTO, 2017; SILVA; OLIVEIRA, 2017). Por fim, o último agrupamento de trabalhos, com sete produções, aborda o campo da Educação Infantil (GOMES, 2017; CÔCO; GALDINO; VIEIRA, 2016; OLIVEIRA; ANDRADE, 2017; NASCIMENTO; CAVALCANTE, 2017; CÔCO; GALDINO; VIEIRA, 2017; STANGHERLIM; VERCELLI; SANTOS, 2015;

⁵ Embora seja um único trabalho, optamos por situá-lo como um “agrupamento”, em consideração à especificidade da temática que, conforme nossa análise, não reúne aproximações com os demais agrupamentos.

NASCIMENTO; LIRA, 2017). Como o foco de nossa discussão direciona-se à temática deste último agrupamento, desenvolvemos com estes artigos um diálogo diferenciado no tópico subsequente.

Iniciando a composição dessa teia dialógica, Mascarenhas e Franco (2017) debatem sobre a identidade do pedagogo, tomando como referência as DCN (BRASIL, 2006). As autoras tecem uma análise crítica em relação ao documento, destacando que essas diretrizes reduziram a Pedagogia, ciência da Educação, a uma modalidade de curso de licenciatura, evidenciando que, nessa perspectiva, a identidade do pedagogo constrói-se restrita à docência.

O segundo agrupamento de textos selecionados se direciona à percepção sobre o curso de Pedagogia por estudantes egressos, buscando, em linhas gerais, compreender os laços entre a formação recebida no curso durante o período de formação inicial, e a atuação como pedagogos-docentes. Nessa temática, o artigo produzido por Faheina e Alves (2017) debate a formação do pedagogo e sua relação com a esfera de atuação profissional, em consonância com o que regem as DCN (BRASIL, 2006) para o curso de Pedagogia e seus desdobramentos no Projeto Pedagógico do Curso. Assim, as autoras sinalizam, a partir de análise documental e das falas dos egressos do curso, a existência de relação interdiscursiva entre as normativas analisadas.

Ainda nesse escopo, Perez e Oliveira (2015) dedicam-se à análise de percepções e reflexões sobre a formação de professores vivenciada por profissionais que atuam como docentes, por meio de dados produzidos junto a três pedagogas que trabalhavam como docentes da Educação Básica, nas etapas de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Destacamos, nessa produção, a problematização de que as próprias entrevistadas fazem do termo “formação”, dados os muitos sentidos que lhe podem ser atribuídos.

Um terceiro agrupamento de produções enfatiza experiências de licenciandos durante o processo de formação inicial, ressaltando as vivências com o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), com o estágio curricular e com um projeto de extensão. No artigo de Marquezan, Scremin e Santos (2017), são discutidas as contribuições do programa para a aprendizagem da docência por parte dos estudantes de licenciatura em Pedagogia. As autoras destacam a importância do programa enquanto incentivo de valorização do magistério, tendo em vista as mobilizações que ele promove na formação (inicial e continuada) para a Educação Básica por meio, principalmente, dos processos de interformação.

Integrando esta abordagem temática, Santos et al. (2016) também focalizam, em sua pesquisa, o Pibid e a opção pela docência, buscando conhecer e analisar seus impactos na formação dos licenciandos. Diferenciando-se da produção citada anteriormente, esse artigo evidencia o perfil socioeconômico e de formação dos licenciandos participantes do Programa, relacionando os processos de formação vivenciados por eles a suas perspectivas de ingresso e permanência na docência.

No que se refere às experiências ligadas à formação inicial, Sampaio e Stobäus (2017) focalizam vivências de formação, a partir das experiências e necessidades percebidas por graduandos na relação da instituição formadora com as escolas onde realizam o estágio. Os autores evidenciam o entrelace da vida estudantil com a vida pessoal, assim como as relações entre a teoria e a prática e as demandas de formação. Nessa direção, salientam que as atividades de estágio colocam os futuros professores frente a situações reais da profissão docente, permitindo que busquem elaborar uma autoavaliação da “vocação/competência” para ser professor.

No artigo de Chaluh (2017), a autora destaca outra experiência vinculada à formação inicial, ao buscar compreender os processos formativos desencadeados em um grupo de alunos de um curso de Pedagogia, participantes de um projeto de extensão. A autora conclui que a proposta de formação articulada ao projeto de extensão evidencia a relevância de resgatar a humanidade nos processos formativos, relacionando esse resgate à qualidade da educação que almejamos.

No quarto agrupamento, encontram-se os trabalhos que exploram a temática do currículo, em especial as Diretrizes Curriculares e demais normatizações a esse respeito. Nesse segmento, Dourado (2015) apresenta o processo de construção das novas DCN, tendo por base o Parecer CNE/CP 02/2015, aprovado pelo Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação e homologado pelo Ministério da Educação, discutindo concepções e apresentando indagações a respeito de dificuldades inerentes às novas mudanças. Com esse enfoque, o autor ressalva a ênfase que o documento confere à articulação entre a Educação Básica e o Ensino Superior, assim como à necessidade de elaboração de projeto próprio de formação inicial e continuada dos profissionais do magistério. Salientamos, nessa direção, a relevante contribuição desta normativa ao pautar uma maior organicidade das políticas de formação e valorização dos profissionais da educação.

Na composição desse agrupamento, a produção de Machado (2016) enfoca reflexões sobre um currículo para a formação de professores. A autora centra esforços

em encadear um histórico de construções econômicas, políticas e legais, destacando, nesse contexto: a LDB (BRASIL, 1996); as influências do mundo globalizado e do Banco Mundial nas elaborações curriculares; a Resolução 2/2015 (BRASIL, 2015), que institui as atuais DNC para a formação de professores. Relacionando as concepções presentes no documento ao já determinado na LDB, a autora alerta que, em sua maioria, as normatizações oficiais atuais apresentam propostas de formação condizentes com os interesses neoliberais.

Ainda tematizando o currículo, Keller-Franco e Bessa (2017) destacam as percepções e significados que os estudantes atribuem ao currículo integrado que vivenciam, promovendo reflexões sobre esse modelo curricular. Nesse contexto, as autoras informam que foram participantes da reforma curricular em questão e apresentam uma defesa do currículo integrado, apontando essa proposta como muito bem avaliada por todos os alunos participantes da pesquisa.

Na interface do currículo com o trabalho pedagógico, Freitas, Masetto e Feldmann (2016) buscam identificar perspectivas curriculares mais condizentes com o contexto educacional atual. Assim, os autores destacam a história dos estudos no campo do currículo, relacionando-a ao trabalho pedagógico. Posicionam-se na defesa de que a concepção de currículo está sempre impregnada de interesses, conflitos, heterogeneidades variadas, contraditórias e paradoxais, que envolvem relações de poder e ideologias. Assinalam, ainda, as tensões geradas por essas relações e sua implicação em desafios e possibilidades presentes na elaboração e no desenvolvimento do currículo.

Com a proposta de realizar uma análise crítica de uma organização curricular, Keller-Franco e Masetto (2017) optam por tematizar uma alternativa em andamento nas licenciaturas de determinada instituição, buscando compreender em que medida essa organização pode corroborar um novo paradigma curricular de formação inicial de professores. Os autores enfatizam que a experiência investigada rompe com o paradigma técnico disciplinar, aproximando-se das teorias curriculares críticas e pós-críticas.

Por fim, mantendo o foco em questões curriculares, Silva e Oliveira (2017) problematizam a tradução das DCN (BRASIL, 2006), realizada em três cursos de Licenciatura em Pedagogia, em Instituições de Ensino Superior (IES) do Estado de Mato Grosso. As autoras observam a existência de tensões políticas configuradas nas traduções das DCN, ou seja, as diretrizes produziram efeitos e interpretações diferentes nos distintos cursos de Pedagogia. Todavia, as autoras reconhecem a validade do texto desse documento para a formação de profissionais da educação, pois incorporam alguns

dos princípios defendidos pelo movimento dos educadores, tendo sido produzidos em um contexto de debates amplos e controversos.

Com referencial bakhtiniano, interagimos com os estudos atentas às situações de convergências, aproximações, semelhanças, divergências, dissensos, tensões, dentre as muitas possibilidades que emergem nos (des)encontros entre enunciações distintas, situadas também em diferentes cenários. Nessa interação com as diferentes abordagens temáticas, excluídos os sete estudos voltados à Educação Infantil (que serão explorados no próximo tópico), destacamos a abordagem das questões curriculares (em seis estudos) e, com menor quantidade de estudos, a atenção às experiências de licenciandos durante o processo de formação inicial (quatro estudos), a focalização das percepções de estudantes egressos (dois estudos) e a identidade do pedagogo (um estudo).

Sem desconsiderar a importância e a necessidade de promover reflexões sobre essas e outras dimensões relacionadas à formação inicial, neste artigo, demarcamos como área de interesse os desafios e perspectivas atinentes a esse percurso formativo no diálogo com o campo da Educação Infantil, decorrentes de reflexões produzidas por pesquisadores brasileiros e publicadas em periódicos nacionais. Nesse intento, prosseguimos dialogando com a questão que elegemos para este estudo.

FORMAÇÃO INICIAL PARA A DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE

O conjunto de propósitos assumidos na elaboração deste texto direciona a seleção de artigos vinculados à discussão sobre a formação inicial, particularmente na focalização da docência na Educação Infantil. Considerando os sete artigos elencados neste escopo de abordagem, ressaltamos que, embora haja uma aproximação quanto ao foco na Educação Infantil, esses trabalhos abordam diferentes recortes temáticos e ângulos de análise que, por distintas vias de composição, contribuem nas discussões que remetem às pautas em disputa no contexto educacional atual.

Atentas a possíveis convergências temáticas, lembramos que “Dois enunciados distantes um do outro, tanto no tempo quanto no espaço, que nada sabem um sobre o outro, no confronto dos sentidos revelam relações dialógicas se entre eles há ao menos alguma convergência de sentidos” (BAKHTIN, 2011, p. 331). No caso dos sete textos selecionados, como dissemos, esses sentidos convergem por meio dos enunciados que focalizam a temática da formação inicial para a docência na Educação Infantil, os quais passamos a explorar mais detidamente.

Nesse encontro com diferentes pontos de vista, organizamos três eixos analíticos: o primeiro, com uma produção que perspectiva uma análise comparativa entre a formação de docentes para a Educação Infantil no Brasil e em Portugal; um segundo eixo formado por quatro artigos direcionados a questões curriculares e à legislação brasileira; e o terceiro, com dois artigos voltados às trajetórias formativas de estudantes da graduação em Pedagogia.

No que tange à análise comparativa, o trabalho de Gomes (2017) apresenta aspectos históricos da formação docente para essa etapa educacional no Brasil e em Portugal, afirmando que, no que se refere às opções por mudanças na estrutura do ensino superior no cenário nacional, por meio de reformas universitárias, o Brasil se distancia de Portugal e de outros países europeus. Diferentemente, as considerações do conjunto da formação geral expressa nos currículos dos cursos de Pedagogia dos dois países evidenciam uma situação de aproximação entre eles, visto que o campo da Educação Infantil se apresenta sem nenhuma especificidade ou com pouca especificidade, sobretudo no que concerne, atualmente, à generalidade da organização desses cursos nos dois países.

A autora ressalta a especificidade e a complexidade que envolve a Educação Infantil e as identidades dos educadores nela atuantes e considera que, em nosso país, as finalidades da educação superior e do papel social das Universidades não são temas discutidos amplamente. Assinala ter havido, nas últimas décadas, tentativas de realizar reflexões e debates sobre a reforma universitária ou a existência de uma perspectiva nacional para a educação superior brasileira, sem que se efetivasse esse aprofundamento.

Em interlocução com essa assertiva, problematizamos que as discussões mobilizadas no processo de elaboração das DCN (BRASIL, 2015) não foram mencionadas no presente estudo. Acentuamos sua articulação à Meta 15 do Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2014), como uma das poucas metas cumpridas no prazo previsto e que defende a formação de todos os professores da Educação Básica em nível superior. Quanto às demais aproximações e distanciamentos assinalados na análise comparativa entre os dois países, esse quadro nos possibilita compreender tendências na formação de professores de Educação Infantil no Brasil, nutrindo o diálogo sobre as necessidades de melhoria da qualidade formativa dos atuais cursos de Pedagogia.

No escopo de artigos que focalizam elementos normativos da educação brasileira, quatro trabalhos integram o segundo eixo analítico deste tópico. Mantendo a perspectiva da formação inicial para a docência na Educação Infantil, esses artigos

buscam interlocução com o currículo (OLIVEIRA; ANDRADE, 2017), com o PNE (STANGHERLIM; VERCELLI; SANTOS, 2015), com as DCN (NASCIMENTO; CAVALCANTE, 2017) e com outros marcos legais (NASCIMENTO; LIRA, 2017).

No estudo de Oliveira e Andrade (2017), constata-se a existência de várias disciplinas específicas para a Educação Infantil, mas com diferentes nomenclaturas nos currículos dos projetos pedagógicos dos cursos de Pedagogia de cada instituição pesquisada. Essa constatação, na visão das autoras, dificulta a constituição de um *corpus* teórico específico voltado para a formação dos professores para a Educação Infantil. As autoras reconhecem as disputas e tensões que circundam a constituição dos currículos e salientam que, como a definição das disciplinas em cada instituição ocorre conforme o seu quadro docente, as diversas composições curriculares dificultam a análise ampla dos cursos de formação existentes. As autoras salientam que, em todas as IES pesquisadas, há menor ênfase na carga horária de disciplinas que se direcionam à formação docente para o trabalho com a Educação Infantil, quando comparada à carga horária das disciplinas relacionadas ao Ensino Fundamental. Nesse sentido, alertam para a existência de lacunas no que se refere à organização das universidades quanto à área da Educação Infantil a ser contemplada na formação inicial em Pedagogia, advogando a necessidade de políticas públicas no sentido da constituição de um campo de formação específico.

Na esteira das questões normativas, Stangherlim, Vercelli e Santos (2015) se propõem a discutir sobre Plano Nacional de Educação e formação inicial para a docência na Educação Infantil. Nessa perspectiva de contendas postas à arena da Educação Infantil, salientam que, diante das necessidades de enfrentamento de questões que envolvem a alocação programada e continuada de recursos financeiros e a efetiva consolidação do regime de cooperação entre os entes federativos, torna-se muito difícil superar desafios históricos da Educação Infantil em tão pouco tempo, como prevê o PNE (BRASIL, 2014). Os autores também demarcam a tendência de aligeiramento do processo de formação inicial e questionam a estrutura dos cursos de Pedagogia com a divisão em semestres, a fragmentação em diversos campos de atuação para o graduando e a pouca aproximação com as práticas vivenciadas nas escolas. Em articulação a esses posicionamentos, acentuam que esse aligeiramento da formação inicial de docentes para a Educação Infantil inviabiliza avanços em discussões sobre uma efetiva reformulação do curso de Pedagogia – ou sua substituição por um curso específico de pedagogia da infância.

Com aproximações a essa abordagem, Nascimento e Cavalcante (2017) realizam uma comparação entre cursos de Pedagogia nas modalidades presencial e de Educação a Distância (EaD), no contexto de pós-implementação das DCN (BRASIL, 2006), por meio da análise dos currículos das disciplinas específicas para a Educação Infantil e outras que, de alguma forma, se relacionavam com essa etapa educacional. Afirmam que o curso em EaD apresenta melhores resultados na formação do professor para a Educação Infantil. Consideram como categorias de análise os conhecimentos formativos para atender à primeira etapa da Educação Básica, conforme a carga horária destinada a disciplinas com esse escopo, além do Estágio Supervisionado na Educação Infantil. De acordo com as autoras, esse resultado desconstrói a concepção existente no senso comum acerca da EaD que, no caso da instituição pesquisada, vem passando por transformações.

Focalizando os marcos legais para a formação de professores da Educação Infantil, Nascimento e Lira (2017), ao se debruçarem sobre as DCN (BRASIL, 2006) que orientavam os cursos de formação de docentes, destacam a perspectiva generalista que predomina no curso de Pedagogia e que interfere na compreensão do perfil dos egressos, demarcando a necessidade de seu enfrentamento. Incluem, nas discussões, a questão da identidade do pedagogo, que ainda parece não ter sido superada, mesmo se mantendo em pauta há vários anos.

Na processualidade das conclusões, as autoras conferem destaque à relevância do planejamento das práticas educativas desenvolvidas com as crianças pequenas em instituições de Educação Infantil, tomando por base as diretrizes específicas para a organização do trabalho pedagógico nesta etapa (BRASIL, 2009b). Defendem a necessidade de efetivação da relação indissociável entre cuidar e educar, pontuando que essa indissociabilidade ainda não compõe as práticas docentes nas ações diárias com as crianças, embora a temática esteja presente em muitas discussões da Educação Infantil. Da mesma forma, insistem na valorização das relações entre as crianças e entre os adultos e as crianças, a partir do eixo das interações e da brincadeira.

Com estes estudos, salientamos que diferentes posicionamentos se colocam em disputa na arena educacional e são expressos, também, pela produção de documentos oficiais que representam as políticas (BALL, 2001, 2009). Tal análise nos ajuda a compreender que as lutas por manter as conquistas ou a tentativa de estabelecer outros avanços não podem ser dissociadas de decisões relacionadas a políticas educacionais que incidem sobre a questão da formação inicial para a docência na Educação Infantil.

Enquanto as questões curriculares, a organização de cursos de Pedagogia e as normativas legais pautam os estudos até então abordados, são as vivências de formação inicial de estudantes de Pedagogia e suas narrativas que compõem os trabalhos de Côco, Galdino e Vieira, com um artigo publicado em 2016 e outro em 2017, que constituem o terceiro eixo analítico com o qual nos propomos a dialogar. Na produção publicada em 2016, as autoras evidenciam a interação entre os estudantes em processo formativo, diante de investimentos na (re)configuração dos sentidos da docência na Educação Infantil, ao trabalhar com o conceito de narrativas de formação.

Na sequência de suas análises, acentuam a importância do compartilhamento de vivências marcantes em relação à Educação Infantil (enquanto crianças) nas interações com a família, com professores e com outras crianças, assim como em diferentes momentos de sua trajetória pessoal e de escolarização, inclusive na universidade, destacando que essas narrativas possibilitam mover reflexões sobre os múltiplos sentidos do trabalho docente na Educação Infantil.

Realçamos, neste estudo, a preocupação com uma “escuta sensível” e com a “troca entre pares”, visto que a pesquisa desenvolvida promoveu a integração dos estudantes em formação inicial com outros estudantes de graduação e da pós-graduação (pertencentes a um grupo de pesquisa) que participaram como interlocutores do compartilhamento das produções. Considerando as tensões que marcam o reconhecimento social da Educação Infantil, as análises dos dados destacam, ainda, a presença de múltiplas vozes na composição dos sentidos sociais para a infância, a educação, o trabalho docente e para essa iniciativa.

Em outra publicação, Côco, Galdino e Vieira (2017) assinalam a importância da formação inicial no reconhecimento da Educação Infantil como um campo possível de atuação, pois as trajetórias evidenciam uma aproximação a esta etapa educacional por uma dupla ordem de argumentos: primeiramente, pelo fato de que os estudantes, mesmo antes do ingresso no curso, estão cientes da possibilidade de atuar nessa etapa da Educação Básica; e, também, pela constatação de atuações dos estudantes nessa área, ainda durante a formação inicial, geralmente em funções auxiliares ao trabalho dos professores.

Entretanto, mesmo com a ampliação desse conhecimento, as autoras ressaltam que as perspectivas de atuação profissional na Educação Infantil não representam a intencionalidade da maioria dos estudantes. Assim, as análises empreendidas pelas autoras encaminham conclusões de que, no percurso entre a formação inicial e a

atuação docente, a Educação Infantil se faz presente, podendo configurar, inclusive, perspectivas de afastamentos.

No que concerne a esse eixo analítico, situando os estudos em um *contexto das práticas*, assinalamos que as vivências de formação inicial e a interação entre os estudantes têm importante contribuição na constituição dos sentidos da docência na Educação Infantil, assim como o trabalho com suas narrativas. Diante do desafio de reconhecimento e consolidação da Educação Infantil, as perspectivas de atuação docente nessa etapa ainda exigem outros investimentos nos diferentes âmbitos das políticas, visto que “[...] a pessoa que põe em prática as políticas tem que converter/transformar essas duas modalidades, entre a modalidade da palavra escrita e a da ação, e isto é algo difícil e desafiador de se fazer” (BALL, 2009, p. 305).

Ao sistematizar uma análise dessas produções, o conjunto de artigos aqui apresentado, que tematiza a formação de professores para a Educação Infantil, expressa diferentes movimentos de pesquisa que têm fomentado os debates nesse campo, apontando, assim, avanços, indagações, incômodos, tensões e lacunas a serem discutidas. Faz-se necessária a observância de que, seguindo a tendência constatada no tópico anterior acerca do levantamento das abordagens temáticas, os dados quantitativos de produções relacionadas à Educação Infantil indicam a ênfase em estudos atinentes à legislação e às questões curriculares (quatro artigos), seguidos pela abordagem das vivências e das narrativas de estudantes de Pedagogia (dois trabalhos, com mesma autoria) e pelo foco comparativo entre Brasil e Portugal, apontando aproximações e distanciamentos na formação inicial para a docência na Educação Infantil. Com essa compreensão, no encadeamento dialógico de nossos enunciados, avançamos para as (in)conclusões desta produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No reconhecimento das discussões que se fazem presentes no campo educacional, problematizamos, neste artigo, desafios e perspectivas relacionados à formação inicial para a docência na Educação Infantil e buscamos evidenciar compreensões que emergem em contributo aos debates em pauta. Para esta empreitada, direcionamos nossas análises a produções atuais de pesquisa, de modo a evidenciar ideias e concepções em pauta, que marcam a cadeia dialógica contextualizada no campo acadêmico.

Nos investimentos interpretativos, considerando o conjunto de dados, observamos que as conclusões dos estudos em torno da formação inicial evidenciam

fragilidades quanto às questões curriculares, em especial as relacionadas às normativas legais, seja com a realização de análises comparativas entre o prescrito e o vivido, seja a partir de experiências curriculares específicas.

Por meio dos fios tecidos no diálogo com os diferentes estudos analisados, indicamos a necessidade de fortalecimento da formação inicial em Pedagogia, sobretudo quando focalizada a docência para a Educação Infantil nos aspectos que envolvem as políticas públicas. Alguns trabalhos ressaltam as possibilidades de desenvolvimento dos processos formativos, valorizando as interações entre os sujeitos que se encontram na trajetória de formação inicial, como forma de fomentar avanços direcionados às intenções das estudantes de atuação docente nessa etapa educacional.

Nessa dimensão, os sentidos atribuídos às experiências produzidas com diferentes propostas formativas podem contribuir para o processo constitutivo do percurso profissional de estudantes de Pedagogia. O conjunto de produções evidencia, ainda, um intenso investimento em análises curriculares, dada a grande quantidade de artigos que tematiza diretamente currículos institucionais e normatizações nacionais, assim como um expressivo número em que essa temática perpassa outros focos.

Desse modo, tal como já vem sendo indicado na literatura do campo (CERISARA, 1998; KRAMER, 2005; CÔCO, 2015), também, neste trabalho, emerge a importância de considerar as fragilidades que assolam a Educação Infantil, especialmente em suas implicações com a formação inicial de professores. Assim sendo, a novidade deste trabalho reside na observação de que – reiterando as denúncias vinculadas à precarização da formação – a luta vem ganhando força. Ganha força não somente pelo número de artigos apurados que coloca em evidência a Educação Infantil, mas também pela variedade de questões associadas, indicando que a abordagem da formação inicial para a Educação Infantil ganha novos elementos na luta por sua afirmação. Evidenciamos, em consonância com os artigos analisados, a relevância da efetivação de políticas públicas que qualifiquem a formação inicial de professores, avançando nas – ainda que incipientes – conquistas. Assumindo posicionamento responsivo nesse diálogo com a produção acadêmica, acreditamos que os desafios e perspectivas que assinalamos contribuem nos debates, renovam o convite a outros enunciados e nos convocam à continuidade das interlocuções.

Recebido em: 28-05-2018

Aceito em: 20-07-2018

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BALL, Stephen Joseph. Diretrizes políticas globais e relações políticas locais em educação. **Currículo sem Fronteiras**, v. 1, n. 2, p. 99-116, 2001.

_____. Entrevista com Stephen Joseph Ball: um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional. Entrevista concedida a Mainardes, J. & Marcondes, M. I. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 303-318, jan./abr. 2009.

BRASIL. **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Estatuto da criança e do adolescente. **Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1990.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Política Nacional de Educação Infantil**. Brasília, 1994.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP n.º 1, de 15 de maio de 2006**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília, DF, 2006.

_____. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2009b.

_____. Resolução n.º 05, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 18 dez. 2009a.

_____. Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014. Institui o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 26 de junho de 2014.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP n. 02, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, seção 1, n. 124, p. 8-12, 2015.

CERISARA, Ana Beatriz. Educadoras de creches: entre o feminino e o profissional. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL – ANPEDSUL,

1998, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul, 1998.

CHALUH, Laura Noemi. Da dimensão pessoal na formação inicial de professores. **Série-Estudos**, Rio Claro, v. 22, n. 44, p.181-200, jan./abr. 2017.

CÔCO, Valdete. Docência na Educação Infantil. De quem estamos falando? Com quem estamos tratando? In: FLORES, M. L. R.; ALBUQUERQUE, S. S. DE (Org.). **Implementação do Proinfância no Rio Grande do Sul: perspectivas políticas e pedagógicas**. Dados Eletrônicos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. p. 143-160.

CÔCO, Valdete; GALDINO, Luciana; VIEIRA, Marle Aparecida Fidéles de Oliveira. Narrativas de formação: trabalho com memoriais na aproximação à docência na educação infantil. **Revista Cocar**, Belém, v. 10, n. 19, p. 121-139, jan./jul. 2016.

_____. Trajetórias de formação: perspectivas para a docência na Educação Infantil. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 272-289, maio/ago. 2017.

CÔCO, Valdete; VIEIRA, Maria Nilceia de Andrade; Karina de Fátima GIESEN. Formação inicial para a docência na Educação Infantil: indicadores da produção acadêmica. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 27, n. 51, p. 69-84, jan./abr. 2018.

DOURADO, Luiz Fernandes. Diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica: concepções e desafios. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP, v. 36, n. 131, abr./jun. 2015.

FAHEINA, Evelyn Fernandes Azevedo; ALVES, Francisca Terezinha Oliveira. O curso de pedagogia do Vale do Mamanguape no contexto das atuais Diretrizes Curriculares Nacionais. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 344-355, maio/ago. 2017.

FREITAS, Silvana Alves; MASETTO, Marcos Tarciso; FELDMANN, Marina Graziella. O currículo no contexto atual: a interface com o trabalho pedagógico. **Revista Cocar**, Belém, n. 2, p. 53-75, ago./dez. 2016. Edição especial.

GOMES, Marineide Oliveira. Formação de educadores de infância em Portugal e professores de educação infantil no Brasil: aproximações e distanciamentos. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, RS, v. 21, n. 1, p. 50-59, jan./abr. 2017.

KELLER-FRANCO, Elize; BESSA, Sonia. Construindo alternativas para a formação inicial de professores: a percepção de estudantes de pedagogia sobre a abordagem curricular integrada. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 153-176, jan./mar. 2017.

KELLER-FRANCO, Elize; MASETTO, Marcos Tarciso. Avanços curriculares na formação inicial de professores. **Revista Contrapontos – Eletrônica**, Itajaí, SC, v. 17, n. 3, p. 529-551, jul./set. 2017.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Pedagogia e a formação de professores(as) de Educação Infantil. **Pró-Posições**, v. 16, n. 3 (48), p.181-193, set./dez. 2005.

_____. Encontros e desencontros na formação dos profissionais de educação infantil. In: MACHADO, Maria Lucia de A. (org.). **Encontros e Desencontros em Educação Infantil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KRAMER, Sonia. (Org.). **Profissionais de educação infantil: gestão e formação**. São Paulo: Ática, 2005.

MACHADO, Liliane Campos. (Re)configuração curricular no processo de formação de professores e suas relações. **Educação**, Santa Maria, RS, v. 41, n. 2, p. 297-309, maio/ago. 2016.

MARQUEZAN, Fernanda Figueira; SCREMIN, Greice; SANTOS, Eliane Aparecida Galvão dos. Aprendizagem da docência na formação inicial de professores: contribuições do Pibid/Pedagogia. **Educação por Escrito**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 112-128, jan./jun. 2017.

MASCARENHAS, Aline Daiane Nunes; FRANCO, Maria Amélia Santoro. De pedagogos a professores: balanço de uma década das Diretrizes Curriculares dos Cursos de Pedagogia no Brasil. **Revista Internacional de Formação de Professores (RIFP)**, Itapetininga, SP, v. 2, n. 1, p. 41-55, 2017.

NASCIMENTO, Leandra Fernandes do; CAVALCANTE, Maria Marina Dias. Formação docente para a educação infantil: uma leitura do curso de pedagogia pós diretrizes curriculares. **Revista Contrapontos-Eletrônica**, Itajaí, SC, v. 17, n. 3, p. 552-574, jul./set. 2017.

NASCIMENTO, Simone Maria de Bastos; LIRA, Aliandra Cristina Mesomo. Marcos legais para a formação de professores da educação infantil e desafios à docência. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 19, n. 35, p. 99-116, jan./jun. 2017.

OLIVEIRA, Fabiana de; ANDRADE, Giovana Gomes de. O curso de pedagogia nas universidades federais do Estado de Minas Gerais: reflexões acerca do espaço da educação infantil nos currículos de formação inicial. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação – RIAEE**, Araraquara, SP, v. 12, n. 1, p. 258-277, 2017.

PEREZ, Deivis; OLIVEIRA, Sabrina Orgado. Formação de professoras no curso de pedagogia: o refletido e o vivido. **Comunicações**, Piracicaba, SP, v. 22, n. 1, p. 99-118, jan./jun. 2015.

SAMPAIO, Adelar Aparecido; STOBÄUS, Claus Dieter. Formação inicial docente: vivências e necessidades percebidas por licenciandos. **Revista Contrapontos – Eletrônica**, Itajaí, SC, v. 17, n. 1, p. 1-19, jan./abr. 2017.

SANTOS, Lorene dos et al. Formação inicial de professores, Pibid e a opção pela docência. **Educação e Linguagem**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 97-124, jan./jun. 2016.

SILVA, Silvana Alencar; OLIVEIRA, Ozerina Victor. Entre sentidos e significados da tradução das diretrizes curriculares nacionais de pedagogia (DCNS) em MT. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 10, n. 2, p. 310-326, maio/ago. 2017.

STANGHERLIM, Roberta; VERCELLI, Ligia de Carvalho Abões; SANTOS, Eduardo. Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) e a formação inicial para a docência na educação infantil: análise exploratória de um curso de pedagogia de uma universidade

pública paulista. **Eccos Revista Científica**, São Paulo, n. 37, p. 19-42, maio/ago. 2015.

VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014.

EDITORA E GRÁFICA DA FURG
CAMPUS CARREIROS
CEP 96203 900
editora@furg.br